

SÉRIE
MONOGRÁFICA

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - UFPI

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO FRENTE AO COMPORTAMENTO SUICIDA ENTRE OS INDÍGENAS DA ILHA DO BANANAL

Raimundo Batista dos Santos Junior

Tássio de Oliveira Soares



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
Ciência Política
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PIAUÍ - UFPI

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

Ano - 5

2016

Atuação do Poder Público Frente ao Comportamento Suicida entre os Indígenas da Ilha do Bananal

Raimundo Batista dos Santos Junior
Tássio de Oliveira Soares

Teresina
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras– CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro: Ininga – Teresina – PI

CEP: 64049-550

E-mails: <cienciapolitica@ufpi.edu.br>

Endereço eletrônico: <www.ufpi.br/cienciapolitica>

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. — v. 5, n. 1 (jan./mar., 2016) — . — Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2016— . — 33 p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <<http://www.revistas.ufpi/index.php/cadernosdepesquisa>>

Trimestral.

ISSN: 2317-286X.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais. I. Universidade Federal do Piauí - UFPI. II. Título: Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

CDD: 320

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política– ISSN 2317-286X, v. 5, n. 1, jan./mar. 2016
Revista Trimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins do Santos Seraine

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias

Profa. Dra. Monique Menezes

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Prof. Dr. Valter Rodrigues De Carvalho

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

CAPA

Sammy Lima

EDITORIAÇÃO

José Anchiêta do Nascimento Lima

CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

É uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI com o objetivo de divulgar o resultado de pesquisas desenvolvidas por professores e alunos desse programa. Visa, então, a estimular o debate entre pesquisadores das áreas de Ciências Sociais através da difusão de ideias e informações balizadas.

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO FRENTE AO COMPORTAMENTO SUICIDA ENTRE OS INDÍGENAS DA ILHA DO BANANAL

RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR*

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES†

SUMÁRIO

1	Introdução	7
2	Resgatando o contexto	8
3	Possíveis explicações	12
3.1	Transformações culturais	12
3.2	O consumo de álcool e o comportamento suicida	14
3.3	Relações de parentesco, transição para vida adulta e conflitos conjugais e geracionais	15
3.4	Suicídio e luto	19
3.5	Feitiço e xamanismo	20

* Professor do Curso de Bacharelado em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI e pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento e Pobreza (NUDEP).

† Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA) e em Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e Pós-Graduado em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

4	Aspectos positivos e negativos das ações do poder público	22
4.1	Aspectos negativos	22
4.2	Aspectos positivos	25
5	Considerações Finais	26
	Referências	30

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Composição do território da Ilha do Bananal	9
----------	---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Tabela comparativo de taxas de mortalidade por suicídio – 2012	10
----------	--	----

RESUMO

O comportamento suicida tem se mostrado um problema entre algumas populações indígenas no Brasil, o que tem chamado a atenção de organizações públicas e da sociedade civil organizada ligadas à causa indigenista. Esse é o caso dos povos *Iny* (Karajá e Javaé) da Ilha do Bananal e regiões circunvizinhas nos estados do Tocantins e Mato Grosso. A investigação que possibilitou este trabalho foi realizada a partir de pesquisa documental com órgãos do Poder Público no Tocantins que atuaram neste contexto e a análise foi realizada a partir de considerações de indígenas e não indígenas contidas nos arquivos, além de acervo bibliográfico correlato. Assim foi possível elencar e discutir as causas do comportamento suicida entre os *Iny* bem como os aspectos positivos e os aspectos negativos das ações realizadas pelo Poder Público. Este trabalho apresenta resultados que ajudam ao gestor público na reflexão sobre as ações e serviços executados com as sociedades em pauta, bem como na elaboração de projetos, programas e políticas públicas voltadas para os Karajá e Javaé, além de indicar novos estudos a serem realizados com os povos *Iny* da Ilha do Bananal.

Palavras-chave: Comportamento suicida. Indígenas. Karajá. Javaé. Poder Público.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão indígena tem sido tema de discussão acadêmica, dos organismos internacionais, das Organizações Governamentais (ONGs), das autoridades sanitárias etc., especialmente por conta de temáticas como o consumo de álcool e outras drogas e por alarmantes números de violências, inclusive as autoinfringidas.

No Estado do Tocantins os números de suicídios e tentativas de suicídios entre os Karajá da Ilha do Bananal e os Javaé têm sido motivo de preocupação para organizações públicas e da sociedade civil organizada ligadas à causa indigenista.

Especialmente entre 2010 e 2013, os Javaé e Karajá da Ilha registram mais de 20 mortes por suicídio ou suspeitos de intenção suicida. Estes números listam mais 450 suicídios por 100.000 habitantes. Para ter parâmetros, a taxa dos Karajá da Ilha em 2012 foi aproximadamente 231 para cada 100.000 habitantes, a maior taxa no período entre povos indígenas.

A situação exigiu a coordenação de ações interinstitucionais de órgãos públicos das áreas de saúde, educação, assistência social, promoção de direitos e do órgão indigenista oficial. As ações promovidas em área possibilitaram experiências e alguns registros destas.

Nessa oportunidade, o presente Relatório de Pesquisa objetiva elencar e discutir por meio da pesquisa documental, nos relatórios e registros mencionados as causas do comportamento suicida entre os *Iny*, bem como os aspectos positivos e os aspectos negativos das ações realizadas pelo Poder Público.

Para tanto se utilizou da estratégia de pesquisa documental que, no entendimento de Marconi e Lakatos (2003), é um tipo de investigação caracterizada pela limitação da busca de informações aos documentos. Estes autores fazem uma importante diferenciação entre as possíveis fontes que podem ser buscadas.

Destarte, a pesquisa documental foi realizada com as instituições que se envolveram de alguma forma nas ações interinstitucionais no período de 2010 a 2014 com os Javaé e Karajá, nos arquivos privados do pesquisador e fontes estatísticas. Foram solicitados via ofício com os seguintes órgãos do Poder Público: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Tocantins e Araguaia, Ministério Público Federal (MPF), Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO) e Secretaria da Defesa Social (SDS-TO). Na Universidade Federal do Tocantins (UFT) se buscou internamente. Cumpre informar que todos os ofícios que solicitam os documentos foram acompanhados do projeto desta pesquisa.

O levantamento considerou os documentos de caráter institucional, ou seja, aqueles que são feitos a pedido da instituição ou reconhecidos oficialmente como tal. A reunião dos documentos foi imprescindível para alcançar os objetivos deste trabalho.

Este trabalho apresenta vários aspectos da cultura *Iny*, relacionando-os aos suicídios, bem como apresenta análises sobre as ações efetuadas com aquelas comunidades. O estudo apresenta aspectos que causam e/ou influenciam o comportamento suicida entre os Karajá da Ilha do Bananal e os Javaé. A análise procedida revela aspectos positivos e negativos das ações desenvolvidas em área. Isso é importante à medida que poderá subsidiar a elaboração de projetos, programas e políticas públicas voltadas a esses povos, bem como indicar novos estudos a serem realizados na área.

2 RESGATANDO O CONTEXTO

Inicialmente é importante situar o leitor no contexto de que trata este artigo, uma vez que este se delinea a partir de um determinado povo que é abrangido em dado território e que se deu em um lapso de tempo. As apresentações dessas características são pressupostos para a análise realizada, mas grifa-se que não tem a pretensão de fazer a caracterização antropológica do povo *Iny*.

A expressão *Iny* vem da língua *inĩrybe*, usada por pelo menos três grupos indígenas, para se autodenominar, a saber, os Xambioá, os Karajá e Javaé, que habitam as margens do rio Araguaia, e seus desmembramentos, nos Estados Brasileiros do Tocantins, do Mato Grosso e do Pará. Segundo Nunes (2013), esses grupos indígenas juntos formam o povo *Iny*, que tem raízes culturais próximas e línguas muito semelhantes.

Desses povos, os Karajá e os Javaé têm suas populações praticamente inteiras dentro da Ilha do Bananal no Estado do Tocantins. Essa porção de terra entre os rios Araguaia e Javaé é a maior ilha fluvial do mundo e abriga, além dos povos *Iny*, outros grupos familiares indígenas que, por motivos específicos, acabaram se juntando aos grupos nativos.

Apesar de haver de forma minoritária outros grupos na Ilha, a análise deste trabalho estará direcionada aos Karajá e Javaé, haja vista a predominância cultural dessas sociedades no território e o amplo conteúdo que trata desses grupos no material pesquisado.

Seu território suporta partes das composições territoriais de quatro municípios do sudoeste tocantinense e seu tamanho é quase equivalente ao Estado de Sergipe. Essa região tem grande riqueza natural, contando com peculiaridades de clima, relevo, hidrografia e vegetação, além de apresentar grande diversidade de fauna e flora.

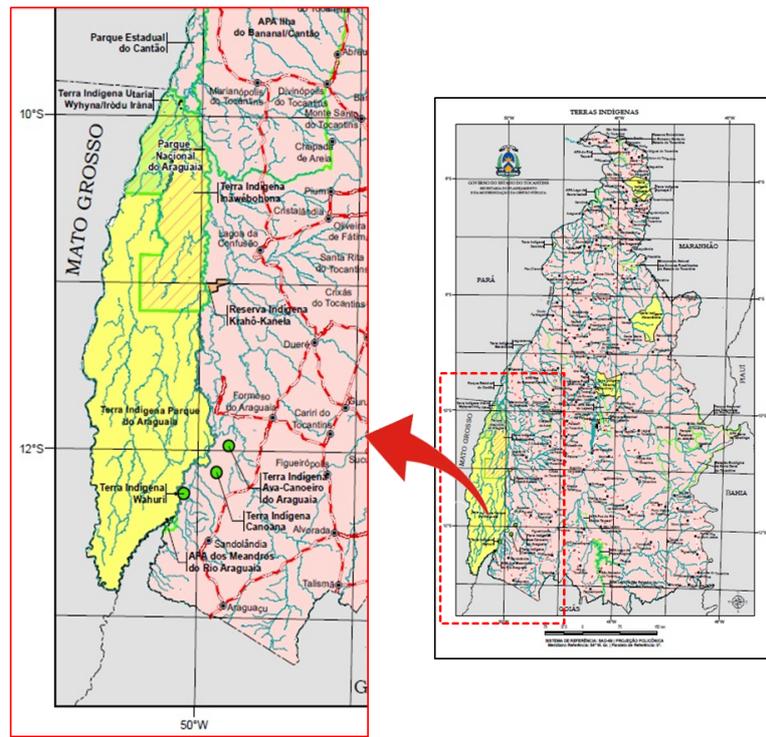
Essa Ilha tem uma área estimada em 20.000 km² (BRASIL, 1959), que atualmente circunscreve os limites do Parque Nacional do Araguaia, uma menor parte da Ilha com aproximadamente 556.000 hectares ou 30% (BRASIL, [online]), que em dada parte se sobrepõe (área de dupla afetação) à Terra Indígena Parque do Araguaia, que ocupa a maior parte da área total do território, cerca de 1.358.499 hectares ou mais 70% do total (BRASIL, 1998), conforme ilustra a Figura 1.

Pelos registros do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena, o povo Javaé soma uma população de aproximadamente 1.600 pessoas, distribuídas em 13 aldeias ao longo do rio Javaé, circunscritas em três municípios diferentes, com acessos por vias terrestre e fluvial (SIASI, 2013). O povo Karajá tem uma população aproximada de 3.260 pessoas distribuídas em 10 aldeias, sendo apenas 2 fora da Ilha do Bananal (SIASI, 2013).

Esses povos travaram seu contato com a sociedade envolvente ainda no século XVII, um relacionamento que não raramente é caracterizado como pacífico, apesar de também registrar momentos de tensão com essa sociedade, conforme aponta Lourenço (2009) em breve resumo do histórico de contato dos povos *Iny*:

Em meados de 1775, as bandeiras oficiais do período procuraram pacificar os “índios silvestres” e descobrir novas minas auríferas. [...] De acordo com as fontes históricas, os Xakriabá, Karajá e Javaé fizeram um “juramento de fidelidade e aliança” à majestade. Segundo a autora, conquistaram 8 mil “vassalos”. Os Xakriabá foram instalados na aldeia Santa Anna do Rio das Velhas, enquanto os Karajá e Javaé foram situados em Nova Beira na Ilha Sant’Anna, como era chamada a Ilha do Bananal, em 1774.

Figura 1: Composição do território da Ilha do Bananal



Fonte: Adaptado de Tocantins (2012a).

[...] O contato com os Javaé, em grande parte nos séculos XVIII e XIX, foi mediado pelos Karajá em pequenos grupos que orientavam as expedições pelo interior da ilha até avistarem as populações Javaé que, de acordo com os registros históricos dos viajantes que visitaram aldeias Javaé no interior da ilha, sempre foram “pacíficos” (Fonseca, [1846], 1867; Couto de Magalhães, 1863; Ehrenreich, 1894; Tournier, 1942; Palha, 1942, Audrin, 1946, Aureli, 1962a, 1962b, 1963; Ribeiro da Silva, 1949).

É importante constatar a legião de indivíduos de diferentes interesses que efetivaram incursões na região do Vale Araguaia, viajantes, bandeirantes, exploradores, comerciantes, missionários, o SPI e as políticas de estado na tentativa de “aculturar” e “integrar” tanto os Karajá, os Javaé quanto os Xambioá, habitantes tradicionais da Ilha do Bananal. Têm-se uma longa cronologia que se inicia desde o século XVII e alcança seu ápice no século XX, característico de toda a história dos índios do Brasil central (Carneiro da Cunha, 1992; Lima Filho, 1994; Toral, 1992, Rodrigues, 1993; 2008) (LOURENÇO, 2009, p. 31 e 32).

Conforme aponta essa autora ao falar dos Javaé, os *Iny* passam hoje por uma nova forma de relacionamento com as sociedades envolventes e é a partir deste *background* que será abordada a situação objeto de estudo deste trabalho.

Com as mudanças nas configurações culturais dadas, especialmente pelo processo cada vez mais intenso de relacionamento entre os *Iny* e os *toris* (não indígenas), aqueles passaram a

enfrentar alguns problemas que resultaram em dificuldades na organização social dos grupos com reflexos nas formas de trabalho, lazer e descanso.

Dos problemas existentes, é notório nos meios que têm relação com a causa indígena que o consumo de álcool e o comportamento suicida têm ganhado maior atenção por parte da grande mídia, da academia e das autoridades sanitárias e indigenistas.

Os registros documentais mostram que pela série histórica o suicídio não é um comportamento próprio do povo *Iny* e que o consumo do álcool vem se agravando, fatos esses que motivam, nos meios de comunicação, nos órgãos ligados à causa indigenista e entre os índios, o apontamento do consumo de álcool como motivador do comportamento suicida (BRASIL, 2012a).

O fato é que o comportamento suicida nos últimos anos emergiu como um problema alarmante para os grupos *Iny*, para autoridades sanitárias, para órgãos do poder público e não governamentais que têm relação com a causa indigenista (BRASIL, 2013a).

Segundo dados obtidos nos estudos de Nunes (2013) e de Brasil (2013a), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Araguaia e Tocantins¹ registraram, no período entre 2010 até julho de 2013, 22 mortes por suicídio ou suspeitos de intenção suicida, além de muitos casos de intento. Dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena permitem calcular que esses números taxam mais de 450 suicídios por 100.000 habitantes (BRASIL, 2013a). Para se ter parâmetros, a taxa dos Karajá da Ilha em 2012, quando houve oito suicídios nesse povo, foi de aproximadamente 231 para cada 100.000 habitantes, a maior taxa no período entre os DSEIs do país, conforme aponta a Tabela 1 (p. 10).

Tabela 1: Tabela comparativo de taxas de mortalidade por suicídio – 2012

Comparativo de Taxas de Mortalidade por Suicídio – 2012						
	BRASIL	DSEI				
	(média)	Alto Rio Negro	Minas Gerais e Espírito Santo	Alto Rio Solimões	Mato Grosso do Sul	Araguaia
Taxas x 100.000	4,5	22,3	28,9	29,2	78,5	231,1

Fonte: Adaptado de BRASIL (2013a, p. 5).

Apesar de o suicídio entre indígenas ser um problema notado em muitos povos atualmente, como é o caso dos Guaranis-Kaiowás no Mato Grosso do Sul e dos Ticunas no Alto Rio Solimões, por conta dos números elevados de mortes, os números de suicídios nos *Iny* da Ilha do Bananal, quando relativizados com sua população, mostram-se impactantes.

Conforme dados do SIASI apud Nunes (2013) e Brasil (2013a), o primeiro caso de suicídio de um *Iny* registrado na Ilha do Bananal ocorreu em 2002, no povo Karajá. Depois disso, outros cinco casos foram registrados até o ano de 2010, de forma que em 2010 ocorreram duas mortes, em 2011 ocorreram sete e em 2012 foram oito mortes por suicídio entre os Karajá.

¹ O DSEI é órgão do governo responsável pela execução de ações de atenção à saúde nas aldeias, de saneamento ambiental e das edificações de saúde indígena de uma determinada circunscrição territorial e populacional que também podem ser identificadas como Distrito Sanitário (BRASIL, 2015). Os DSEIs Araguaia e Tocantins são responsáveis, entre outros, pelas ações e serviços de saúde nos povos Karajá da Ilha e Javáé, respectivamente.

Nos últimos três períodos apontados, a situação configura-se no que pode ser considerado um surto de mortes por suicídios. No caso dos Javaé, houve registros de tentativas no ano de 2012, mas os óbitos por suicídios foram registrados, de fato, no ano de 2013, sendo três no primeiro semestre, o que também se configura como surto.

A configuração epidemiológica das violências autoinfringidas mostra que tanto pessoas do sexo masculino como do sexo feminino as praticam, mas que, no entanto, a maior parte das vítimas fatais são homens. Nesse contexto, o que mais chama a atenção é que, independente do sexo, a maioria das mortes registradas em ambos os povos *Imy* trata-se de pessoas ainda jovens na faixa de 13 a 30 anos de idade.

Segundo Brasil (2013a, 2013b), os eventos relacionados ao comportamento suicida entre os Karajá têm relação estreita com as ocorrências nos Javaé, pois

Além de todos os aspectos socioculturais compartilhados por estes povos, os mesmos mantêm uma rede de parentesco importante, o que suscita a hipótese de que este seja um fator relevante para a aparição e aumento dos casos de suicídio entre os Javaé. Por outro lado, não foi ainda realizado um levantamento que pudesse demonstrar claramente que os indígenas Javaé que vieram a óbito ou tentaram suicídio possuíam parentes Karajá que também se suicidaram ou tentaram suicídio (BRASIL, 2013a, p. 12).

O Ministério Público Federal (MPF) é um dos órgãos do Poder Público que acompanha esta situação desde 2007, quando foi acionado sob alerta de que o consumo de álcool entre os Karajá da Ilha do Bananal, especialmente na aldeia de Santa Isabel do Morro, era demasiado e estava causando problemas na organização social daquele povo (BRASIL, 2011).

Diante disso, o MPF, por meio da Procuradoria da República do Tocantins, instaurou, conforme Brasil (2011), Inquérito Civil Público (ICP) para buscar soluções para o problema do alcoolismo entre as comunidades indígenas do Tocantins.

O ICP, que começou com uma preocupação relacionada ao consumo de álcool, nos anos de 2011 a 2013, começa a registrar também a busca por soluções para o comportamento suicida, primeiramente entre os Karajá e posteriormente entre os Javaé.

Especialmente nesse período, as motivações para o comportamento suicida e as ações de enfrentamento ao problema têm sido alvo do trabalho de organizações públicas e não governamentais muitas vezes acionadas pelo próprio MPF.

Essa configuração exigiu a coordenação de ações interinstitucionais de órgãos públicos das áreas de saúde, educação, assistência social, promoção de direitos e do órgão indigenista oficial. As ações promovidas em área possibilitaram experiências e alguns registros destas. O recorte proposto por este trabalho considera os trabalhos acompanhados pelo Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional do Tocantins (PR-TO), que envolveram os seguintes órgãos: Coordenação Regional Araguaia-Tocantins da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Tocantins e Araguaia, as secretarias de Estado do Tocantins da Educação (SEDUC) e da Defesa Social (SDS) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A todos esses órgãos foram solicitados documentos relativos à sua atuação via ofício, com exceção da UFT, cuja busca foi feita internamente. Nem todos os órgãos disponibilizaram documentos ou mesmo responderam aos ofícios, no entanto, no ICP (BRASIL, 2011) que a Procuradoria da República no Estado do Tocantins facultou acesso constam arquivos de todas as instituições citadas nos quais há suficientes informações para o desenvolvimento deste estudo.

Dessa forma, a partir da situação apontada, já foram realizados estudos, bem como ações articuladas, visando ao enfrentamento do problema, eventos dos quais se pretende extrair

elementos para análises de possíveis motivações e pontos relevantes na implementação das ações desenvolvidas.

É mister colocar que todas as informações arroladas baseiam-se na experiência do autor, enquanto agente que esteve no contexto apresentado e de análise documental realizada a partir dos relatórios solicitados pelo autor e cedidos pelas instituições que participaram de alguma forma das ações desenvolvidas no período pelo Poder Público.

3 POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES

As situações relativas ao comportamento suicida tiveram repercussões na sociedade em geral. Havia entre indígenas e não indígenas, na mídia e nas organizações, discussões sobre as possíveis causas para os suicídios, que nem sempre eram meramente especulativas. Pelo contrário, tinham a função de entender o contexto para o planejamento de ações com aquelas comunidades. Conforme aponta o Relatório Técnico da SESAI:

Dentre os diversos fatores apontados pela mídia local e recorrente no discurso das entidades envolvidas na busca de soluções para o problema, o alcoolismo e a perda dos padrões culturais como consequência da forma desestruturante de integração com a sociedade nacional ganharam destaque e visibilidade, tornando-se o senso comum até mesmo para o início deste trabalho com o povo Karajá (BRASIL, 2012a, p. 3).

Uma Nota da Associação Brasileira de Antropologia destinada ao Ministério Público Federal manifesta entendimento da gravidade da situação e a complexidade com que devem ser tratados os fatores a serem considerados para o enfrentamento do problema, conforme colocado adiante:

Esta situação, de quase calamidade pública, interliga complexos aspectos internos da sociedade Karajá aos problemas decorrentes do contato interétnico. Acreditamos que as discussões e propostas devem considerar as dimensões mais amplas da saúde, da sustentabilidade econômica e de valorização dos saberes tradicionais do povo *Iny*, bem como as motivações, habilidades e competências das jovens lideranças (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2012).

Como esse apontamento, há muitas observações pertinentes sobre as ações desenvolvidas com os Karajá e Javaé nos documentos pesquisados estudados oriundos dos órgãos que atuaram nessa problemática com os indígenas, donde se observou que as principais explicações conferem aos suicídios causas como a própria transformação cultural e explicações cosmológicas *Iny*, ambas atenuadas por fatores como reincidência de tentativas, luto comunitário e parentesco entres as vítimas.

3.1 Transformações culturais

Trabalharemos aqui com o pressuposto de que nenhum dos motivos encontrados neste estudo pode ser considerado sozinho como bastante causador da situação de surto de comportamento suicida entre os *Iny*. O cenário apontado é complexo e multicausal, não se esgotando em nenhum dos trabalhos apresentados sobre o assunto.

Outra consideração importante sobre este trabalho é que, ao se abordar a cultura *Imy*, as análises sobre ela se farão numa perspectiva que entende as culturas como fenômenos dinâmicos e passíveis de transformações no tempo e no espaço como quaisquer outros acontecimentos sociais, como ilustrado na fala a seguir:

Aspectos peculiares à cultura Karajá, que não se apresenta estática, mas dinâmica, que interage e é enviesada pela cultura não indígena, acessada pela internet, pelas emissoras de televisão, pela convivência com o não indígena: suas músicas, sua comida, seu modo de lidar com as outras pessoas e percebê-las (BRASIL, 2013c, p. 15).

A concepção usada neste trabalho não considera a uniausalidade nem o determinismo cultural para entender os fenômenos em curso. Pelo contrário, encontra consenso na teoria de Clifford Geertz (apud ALBUQUERQUE, 2003, p. 74) sobre a interpretação da cultura como “um conjunto de mecanismos de controle, aptos a direcionar ou governar a conduta humana”.

No sentido do que Albuquerque (2008) coloca como falácia da autodeterminação, pode-se tanto afirmar a existência de tal “fenômeno” quanto perceber que ele serve a um discurso cristizador ou conservador das culturas indígenas que muitas vezes convém apenas aos interesses do Estado e da sociedade envolvente, conforme reflete Silva (2010), a seguir, ao falar sobre o índio negado e o índio desejado: “o que temos são evidências de um discurso de valorização do pluriculturalismo como argumento publicitário e atrativo turístico. Repete-se a velha fórmula da exotização como atrativo [...]”.

Entendemos a cultura como resultado das relações sociais e não como um relacionamento de um ente cultural com o ser humano, no qual aquele determina os comportamentos deste, conforme explanado a seguir:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. [...] Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade (GEERTZ, 2008, p. 10).

Apesar de encontrar afirmações tanto no senso comum quanto na literatura afirmando que o contato interétnico e as transformações culturais são as causas dos problemas sociais dos povos indígenas, a citação acima permite inferir que não são apenas causas, mas também consequências, haja vista que causas e consequências confundem-se.

As transformações culturais são importantes elementos para a compreensão dos suicídios entre os *Imy*, no entanto considerá-las causa limita a experiência, o entendimento e o surgimento de ações, advindas e parte do próprio acontecimento.

As transformações culturais derivadas do contato interétnico não podem ser percebidas de forma isolada e, nesse viés, sequer podem ser ditas como causa dos problemas apontados. Elas são parte da cultura. Em outras palavras, elas são a dinâmica da cultura, pois fora da cultura não podem ser colocados os eventos que nela ocorrem, sejam o suicídio, o álcool ou problemas na organização social. Pelo contrário, eles são acontecimentos que permitem conhecer com mais qualidade os fenômenos de um povo.

Ao entender as transformações culturais numa relação causa-efeito, incorre-se nos riscos de abordar os problemas numa perspectiva que os enquadre em limites de costumes, crenças,

ritos e demais aspectos como que determinados e mantidos por um ente que denominam de cultura e conseqüentemente de tentar cristalizar de forma desastrosa esse ente.

3.2 O consumo de álcool e o comportamento suicida

No princípio das mortes autoprovocadas entre os *Imy*, um dos motivos comumente apontados como causa foi o consumo de álcool, especialmente porque entre os Karajá muitas das mortes ocorreram quando as pessoas (a maioria jovem) estavam sob efeito da substância. No entanto, os trabalhos desenvolvidos em área, as escutas aos indígenas e opiniões de estudiosos mostram não ser esse um consenso.

No Relatório de Ações do GT Interinstitucional – Povo Karajá, há várias menções sobre o uso de álcool. No entanto, não há concordância sobre como e quanto isso provoca as mortes entre os indígenas. O relator do documento faz o seguinte apontamento, dizendo que há

Entendimento comunitário de que o Ministério Público teria liberado a venda e uso de bebidas alcoólicas para os indígenas, e que depois disso os jovens, não preparados para lidar com o controle do uso e da falta de recursos financeiros para aquisição das drogas, têm sido levados ao desespero e à desestabilização familiar (TOCANTINS, 2012b, p.13).

No entanto, há ideia contrária, a exemplo do registro da observação de uma liderança indígena que esclarece:

[...] o problema de bebidas é comum a todos os povos indígenas do Brasil, portanto, esta não seria a causa do que vem acontecendo nas aldeias Karajá. A exemplo das demais lideranças, [ele] pensa que a questão está relacionada a trabalhos de pajés do mal que têm lançado feitiços sobre jovens (TOCANTINS, 2012, p. 5).

Essa última ideia encontra semelhança com os apontamentos de Nunes:

Muitos casos de tentativa e óbito ocorreram sob o efeito de bebida alcoólica, a cachaça (f.m. « òhỹ »; f.f. « kòhỹ »). Mas cabe notar que, em muitos outros casos, a tentativa ocorreu sem consumo de bebida. Mesmo alguns indivíduos que fazem uso regular e excessivo de álcool (considerados dependentes) tentaram uns sob efeito de cachaça e outros não; e há casos de uma mesma pessoa que tentou mais de uma vez, às vezes sóbria, às vezes embriagada. Em suma, o álcool perpassa parte considerável das tentativas de suicídio, mas não necessariamente é um fator majoritário (NUNES, 2013, p. 23).

O consumo de álcool entre os povos indígenas é um tema que já vem sendo debatido no Brasil tanto no âmbito das políticas públicas quanto no meio acadêmico. Estudos como o do médico psiquiatra e sanitarista Maximiliano Loiola Ponte de Souza registram um salto na compreensão do “beber” entre os indígenas. Esse salto fica evidente à medida que o consumo do álcool sai dos enquadres do conceito biomédico de alcoolismo e passa a considerar as especificidades dos diversos modos de beber de diferentes povos indígenas (SOUZA, 2013).

Entende-se que o consumo problemático do álcool é uma resposta a variantes culturais não elaboradas nas comunidades indígenas que geram tensão. Conforme coloca Erthal (1998, p. 19), “aqueles indivíduos que de alguma forma não conseguem lidar com essas tensões desenvolvem respostas patológicas, como alcoolismo, suicídio, homicídio”.

Este trabalho traz da literatura da área de saúde a importante compreensão de que os modos de beber têm significados próprios para cada povo e que não podemos colocar a carga do que chamamos alcoolismo sobre os indígenas e nem culpabilizar os problemas dos indígenas apenas no consumo de álcool.

Para os *Iny*, vale o mesmo, haja vista que, como já disse Nunes (2013), se o alcoolismo fosse a causa do comportamento suicida, por que muitos jovens ditos dependentes de álcool cometeram a autoviolência sóbrios?

Merece registro que muitas pessoas veem o problema do consumo de álcool como derivado de outros problemas anteriormente estabelecidos, conforme relatado adiante:

Alguns Karajá se referem a essa questão dizendo que falta aos jovens “perspectiva para o futuro”, associando a isso estados de tristeza ou desesperança, ou mesmo o consumo de álcool e outras drogas (NUNES, 2013, p. 70).

Todavia o consumo de álcool é um dos componentes deste *background* de surto de comportamento suicida entre os *Iny*, e inclusive apontado por alguns indígenas como provocador do problema. De toda forma, tendo ou não relação causal com os suicídios, o consumo de álcool, entendido a partir do que indicam os indígenas, se mostra um problema grave para a sua organização social, pois é o próprio povo que denuncia entraves derivados do consumo de álcool.

3.3 Relações de parentesco, transição para vida adulta e conflitos conjugais e geracionais

Outro fator que assim como o álcool expressa as mudanças culturais de um povo são as formas como este estabelece as relações familiares entre si. Esse aspecto é apontado em documentos de praticamente todos os órgãos pesquisados a partir de indicações como rompimento de gerações, desrespeito aos mais velhos, desconsideração de autoridade de lideranças, desrespeito a tradições dos pais e avós, para ambos os povos *Iny*.

Como exemplo segue trecho de relatório da Coordenação Regional da Funai “Araguaia-Tocantins”:

Os conflitos entre os jovens casais têm sido frequentes e, juntamente com os feitiços, indicados como um dos principais motivos das mortes nas aldeias Karajá. Nessa cultura, a infidelidade e as separações não são vistas positivamente, sendo aceita apenas a monogamia. Atos conjugais inaceitáveis podem levar o cônjuge praticante a sofrer constrangimentos e humilhações, deixando-o fragilizado e predisposto as interferências dos feiticeiros.

Há tempos atrás, os jovens casavam-se com mais de 20 anos de idade, quando as aprendizagens concernentes ao seu sustento e de seus dependentes e o entendimento da vida adulta estavam solidificados a partir da construção da parentalidade, realizada através das conversas e dos conselhos constantes dos anciãos da família e participações no cotidiano da vida do adulto como as caçadas, as pescas, os encontros na Casa de Aruanã, as brincadeiras e as danças. O envolvimento nessas atividades coletivas transformava as pessoas em seres semelhantes.

Os rapazes não tinham obrigação de trabalhar, mas de terem seus desejos atendidos por seu genitor, até que tivessem condições de formarem suas famílias, passando então a atender aos desejos de sua esposa e filhos. Desejos que diziam respeito a vontade de comer certos tipos de peixes, tubérculos ou caças, possíveis de serem

atendidos apenas com os recursos naturais disponíveis, não sendo especificamente ligados à posse de recursos financeiros. A convivência com os adultos não os tornava autônomos, mas sim independentes. Quanto mais independente do casal adulto, mais eles eram considerados maduros.

Contemporaneamente veem-se meninos e meninas entre 13 e 14 anos constituindo suas famílias, normalmente de forma abrupta, quando são pegos em situações inaceitáveis por seus pais, e são levados a oficializar a união. Não são raras as situações em que um rapaz e uma moça vão para outra aldeia participarem de festas e retornam com compromissos firmados, trazendo os companheiros ou até ficando na aldeia do outro.

Passam de pessoas que têm direito de terem todos os seus desejos atendidos para a função de uma moça que irá cozinhar, lavar as roupas, cuidar dos filhos e da casa; e um rapaz que terá que atender aos desejos de sua esposa e de seus filhos. Desejos que mudaram de instância, configurando-se em bens materiais como celulares, tênis, DVD's, aparelhos de televisão de plasma, motos (BRASIL, 2013c, p. 14 e 15).

Um Relatório Técnico em Saúde Mental, preliminar, elaborado pelo então responsável técnico do Programa de Saúde Mental Indígena do DSEI Tocantins, a partir de visita técnica aos Javaé, na Ilha do Bananal, no contexto das tentativas de suicídio ainda no ano de 2012, indica que na aldeia Canuanã:

É comum o relato de brigas, especialmente quando há consumo de álcool. Muito relatado também o consumo de álcool por crianças (menores de 12 anos), o que pode prejudicar o seu desenvolvimento integral. Nas outras duas aldeias visitadas há problemas semelhantes, proporcionais às suas populações.

As atividades laborais são escassas e resumidas praticamente aos empregos na saúde e educação. As atividades culturais, outrora fonte de lazer, estão sendo substituídas por atividades como jogar futebol e assistir televisão. Um professor queixou-se que o povo *Iny* é religioso, que tem uma religião própria, mas que essas igrejas vêm e falam de salvação e batizam as pessoas, enfraquecendo a religião de seu povo. O álcool aparece também como uma estratégia de lazer e provoca muitos outros problemas além do estado alcoólico propriamente dito.

[...]

A autoridade do cacique não é mais respeitada como antes e toda a organização social tende a subverter-se. As transformações sociais ocorridas naquele povo são reflexos de mudanças subjetivas que esgotam as estratégias que normalmente são usadas por eles na resolução de conflitos psicossociais (BRASIL, 2012b, p. 1).

O parentesco é um importante aspecto antropológico de um povo. O antropólogo Eduardo Nunes, ao tecer comentários sobre a situação dos Karajá da Ilha, diz que

O parentesco, para os Karajá como para outros povos ameríndios, é um aspecto central: afinal, é por meio dos laços de parentesco que se produz pessoas capazes de agir de maneira apropriada em relação a seus parentes e, em última instância, uma moralidade partilhada, considerada propriamente humana, « iný ». Se, como mostrei mais acima, a pessoa é construída por meio do parentesco, o que acontece quando esse processo começar a “falhar”? Caso isso aconteça, a incerteza típica do parentesco ameríndio (39) se verá aumentada, e, em lugar de uma pessoa estável

– um parente, que reconhece seus parentes e age para com eles de uma maneira apropriada –, teremos instabilidade – pessoas que podem ter seu estatuto de parente questionado por não agirem de maneira apropriada.

[...]

O parentesco, em suma, é a antítese do suicídio (NUNES, 2013, p. 83).

A partir do referencial de Levi Strauss, estas considerações de Nunes (2013) podem ser corroborado à medida que o autor admite as relações de parentesco como caráter estrutural da antropologia de uma dada sociedade (LÉVI-STRAUSS, 2008). Na compreensão deste pensador os termos de parentescos são elementos que adquirem significação própria ao integrar um sistema de parentesco. Ademais pondera sobre a universalidade do fenômeno social em comento ao defender que mais que os termos familiares em si (como pai, mãe, sobrinho etc.) o que é estrutural são as relações entre eles.

Nessa ótica, no caso dos Javaé e Karajá, as observações apresentadas no relatório permitem inferir que essas relações mudaram significativamente nos últimos anos e que sendo um traço estrutural, apesar de não poder ser dito um motivador isolado dos suicídios, pelo menos pode ser entendido como um fenômeno enfraquecedor dessas sociedades.

Assim, retomando seu comentário sobre o álcool, penso que seria possível dizer que, na maioria dos casos recentes, a ideia suicida é resultado de feitiço, mas que os problemas relativos ao parentesco colocam as pessoas em uma situação de grande vulnerabilidade, fazendo com que muitas delas não estejam “fortes para se segurar”. Sempre é possível, é claro, que, em algum caso específico, o feitiço não esteja envolvido. A ideia do suicídio por enforcamento se espalhou em Santa Isabel e em outras aldeias (40), e me parece plausível que, em um momento de instabilidade, de “fraqueza” – em um momento, em suma, em que o processo do parentesco “falha” –, alguém pense no suicídio como uma forma de resolver seus problemas (NUNES, 2013, p. 83).

Na verdade, esse tema das relações de parentesco e o consumo de álcool são expressões daquele primeiro que foi denominado “transformações culturais”. Eles foram tratados de forma específica em virtude de suas notoriedades entre os aspectos estudados nos relatórios de pesquisa.

Cumprir dizer que a transformação cultural, no que tange à modificação de costumes, crenças, ritos e outros comportamentos, é fatídica em todas as sociedades, apesar de, como aponta Silva (2014),

Tradicionalmente a epistemologia ocidental tem tratado as narrativas históricas indígenas como inseridas em uma estrutura imutável e em um referencial temporal sincrônico. Decorre daí a ideia de que o contato dos povos indígenas com as sociedades nacionais resultaria na perda de suas culturas. Em sentido contrário, Marshal Sahlins afirma que a transformação de uma cultura é também um modo de sua reprodução e que no mundo, ou na ação, categorias culturais adquirem novos valores funcionais (SAHLLINS, 1990). (SILVA, 2014, p. 34).

No que se refere aos conflitos geracionais, foi notado que há uma quebra na comunicação e nas relações entre as gerações e que um dos fatores que contribuem para isto é o surgimento da adolescência na forma em que ocorrem nas sociedades ditas ocidentais.

Importa dizer que entre estes povos os ritos de iniciação marcam a transição da vida infantil para a vida adulta e que o processo de passagem para a vida adulta encontra lugar

diferente do que é para as sociedades ocidentais, ou seja, ainda que possamos chamar, entre os indígenas, a transição da puberdade para a vida adulta de adolescência, ela é um fenômeno psicossocial bem diferente do que fora para os antepassados dos jovens ao qual se refere este trabalho e também, para o que a nossa sociedade entende como adolescência.

A adolescência enquanto fenômeno psicossocial nas sociedades ocidentais são caracterizadas por “uma situação que obriga o indivíduo a reformular os conceitos que têm a respeito de si mesmo e que o levam a abandonar sua auto-imagem infantil e a projetar-se no futuro de sua vida adulta” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 26). Nesse entendimento temos que há uma procrastinação para chegada à vida adulta e às responsabilidades que lhe são inerentes, o que nos *Iny* se dá(va) com o rito de passagem e iniciação. A adolescência no mundo ocidental é uma fase muito reconhecida pela negação das responsabilidades adultas que o *Iny* adquire no rito.

Outro aspecto relacionado à juventude é o início da vida afetiva sexual, antes marcado pelo rito de passagem e iniciação e posterior casamento. Agora passa ser intermediado pelo cortejo e permeado pelo amor romântico, características essas acessadas especialmente pelas mídias audiovisuais. Essa forma emergente de viver a puberdade e os relacionamentos afetivo-sexuais não pode ser repassada aos jovens atuais pelos seus pais e avós, haja vista que esses não viveram isto.

Este fato ganha relevância especialmente porque a faixa etária da maioria das pessoas que cometeram suicídios é jovem, entre 13 e 25 anos de idade, podendo se constituir um elemento atenuante para o comportamento suicida. Conforme pode-se notar em um dos Relatórios Técnicos da SESAI,

Houve também escutas que revelaram a fragilidade dos relacionamentos amorosos *Iny* e sua dificuldade de lidar com o término desses relacionamentos. Percebe-se que há entre eles um jeito de relacionar-se que se assemelha ao da cultura tori (não indígena) com a qual o *Iny* parece não saber lidar, especialmente diante dos conflitos. Semelhante situação percebe-se no que se refere às amizades que acontecem praticamente entre pessoas de mesma idade e padecem de falta de confidencialidade, o que tornam enfraquecida a comunicação entre os seus (BRASIL, 2012b, p. 1).

Diante do contexto apresentado e considerando as novas formas de passagem para a vida adulta entre os *Iny*, a afirmação de Aberastury (1992) sobre adolescência no contexto das sociedades ocidentais de que “neste momento, vivemos no mundo interno o problema de uma juventude inconformada, que se enfrenta com a violência e o resultado é só a destruição e o entorpecimento do processo” (ABERASTURY, 1992 apud KNOBEL, 1997), podemos inferir que as violências autoprovocadas podem encontrar fulcro no inconformismo com o atual arranjo de suas existências.

Os dados para populações indígenas de modo geral estariam apontando para o fato de que este padrão contrastaria “grosseiramente” com os informes atuais que estariam indicando uma tendência “quase universal de que o suicídio indígena é primariamente um fenômeno do adolescente e adulto jovem” (LEVCOVITZ apud ERTHAL, 1998, p. 11).

Nota-se que os eventos de mortes autoprovocadas, especialmente num espaço relativamente curto de tempo, evidenciam as mudanças culturais dos grupos *Iny* em questão, ao passo que as modificações da cultura não podem ser atribuídas de forma simplória apenas ao contato intercultural ou interétnico, pois, conforme Turner apud Silva (2014), o dinamismo entre

estrutura e evento estaria presente nas comunidades indígenas antes mesmo da chegada dos colonizadores, já que é inegável a existência de contatos entre elas, ou seja, as culturas mudam mesmo que o contato seja apenas entre os seus.

Diante disso, é importante notar que as mudanças culturais entre os Karajá e os Javaé, considerando as peculiaridades de cada um desses povos, têm sido apontadas sob diferentes nuances como contributivas para o acontecimento de suicídios em série no período de 2010 a 2013.

3.4 Suicídio e luto

Para este trabalho foram imprescindíveis os entendimentos sobre o assunto de Durkheim (1982) e Merton (1970) que mesmo trazendo concepções diferentes colocam o suicídio como meio à estabilidade dos grupos sociais. Apesar de não ser intenção aprofundar os aspectos conceituais dos autores, estudar o suicídio em suas perspectivas sociais é indispensável, especialmente para entender as consequências do luto dos que ficaram.

Entre eles há os que identificam os suicídios como fruto de feitiçaria. Nesse caso, portanto, seria o suicídio um homicídio cometido por uma entidade espiritual.

A morte por feitiçaria é o outro crime, junto ao incesto e o infanticídio, objeto de profunda reprovação, contaminando aqueles que são próximos do infrator e afetando a comunidade como um todo, já que esta passa a ser alvo de punições como epidemias, inundações, ou o final dos tempos (ERTHAL, 1998, p. 110).

Dessa forma o luto se estabelece sob a égide do intangível e, portanto, repleto de receio deste feitiço. A isso se junta a observação de que a persistência do luto mostrou-se como atenuante no acontecimento de outras mortes por suicídio, especialmente em familiares². Por isso, o aspecto luto é uma variável que se tratou cuidadosamente nos trabalhos em área.

O suicídio aparece como uma forma de realizar uma ação de retaliação ou vingança, que não seria moralmente aprovada se realizada em vida. O suicídio vai se realizar, então, muito frequentemente, nas casas ou em suas imediações, ocasionando um dano real de contaminação (LEVY, 1965, p. 315 apud ERTHAL, 1998).

Ora, se o cometimento de suicídio está ligado a alguma aprovação moral, ele tem extensão em toda comunidade, especialmente nos mais próximos, que se expressa no luto. O suicídio em si já explicita que algo não vai bem.

O luto propicia entretimento e desesperança. E essa combinação causa uma contaminação do comportamento suicida nas comunidades, pois a forma de ver a morte tem implicações na existência. Conforme apontam Patury e Cótica (2010, p.1),

a morte é um evento significativo da existência humana, e seu sentido muda com influência da cultura de uma sociedade, pois esta orienta sentimentos e rituais, que são normatizados no decorrer do tempo.

No contexto indígena tem-se que

Os familiares e/ou amigos do suicida (chamados “sobreviventes”) relatam mais frequentes sentimentos de responsabilidade pela morte, rejeição e abandono do

² Pessoas familiares. Não necessariamente parentes.

que aqueles que perderam alguém por causas de doenças. Os sentimentos de estigmatização, vergonha e embaraço são manifestações que também estão presentes. Geralmente as pessoas ocupam a maior parte do tempo meditando sobre os motivos sobre o suicídio da pessoa. A pergunta “porquê” está continuamente presente (VICK, 2011, p.25 e 26).

Dessa forma, amenizar o estado de luto, levando às comunidades atividades que possam reestabelecer esperança e/ou perspectiva nos momentos posteriores às mortes é muito importante.

3.5 Feitiço e xamanismo

É na perspectiva já apontada das mudanças culturais entre os Karajá e os Javaé que também se deve explorar as explicações oriundas do saber dos *Iny*. Nos documentos levantados, os relatores registraram as explicações dos próprios indígenas sobre os suicídios a partir de seu universo cosmológico, explicações que devem ser imprescindíveis para entendimento e enfrentamento da situação.

Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, ou extremamente complexa e desenvolvida, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem, em parte material, em parte humana, em parte espiritual, com a ajuda da qual o homem é capaz de lidar com os problemas concretos, específicos, com que se defronta. Esses problemas surgem do fato de que o homem tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas, e que ele vive num ambiente que é o seu melhor amigo; visto que ele fornece as matérias-primas para o seu trabalho manual, e é também um seu perigoso inimigo, por quanto abriga muitas forças hostis (MALINOWSKI, 1975, p. 42).

Este ponto é peculiar também porque o feitiço é entre todas as explicações a que os não indígenas não dominam ou mesmo formalmente questionam. Ela faz parte do universo cosmológico *Iny* e põe limites para o entendimento do fenômeno por parte da ciência e seus profissionais. Nesse ambiente é imprescindível a admissão da figura do xamã, seja como motivador de determinado feitiço, seja como alguém que pode intervir nos feitiços. Lourenço (2009, p 192) aponta que “[...] O xamã Javaé é aquele que faz tanto a mediação entre os mundos cosmológicos e sociais quanto a prática de feitiços a outrem”.

Dessa forma, apenas alguém que possa acessar seu universo deve se interpor ao considerar o feitiço como motivador, por este ser um signo muito peculiar aos indígenas e aos que podem acessar seu universo, o que permite a atribuição de uma significação única que só pode ser comunicável para os entes que o admitem, conforme o comentado adiante:

Em uma aldeia pode ter uma ou mais pessoas que desempenham funções xamânicas, contudo todos os xamãs³ de uma aldeia devem trabalhar juntos ou a ordem social e cosmológica da aldeia fica ameaçada, podendo culminar numa cisão entre o grupo (MELO, 2006, p. 101).

³ Sinonímia de feiticeiro, haja vista variação de nomenclatura entre povos. Em todas as sociedades humanas que apresentam formas de ritualismo mágico-religioso, indivíduo escolhido pela comunidade para a função sacerdotal, freq. em decorrência de comportamentos incomuns ou propensão a transes místicos, e ao qual se atribui o dom de invocar, controlar ou incorporar espíritos, que favoreceriam os seus poderes de exorcismo, adivinhação, cura ou magia. (HOUAISS, 2009).

É a partir dessas explicações (sobre o feitiço) que os acontecimentos ocorridos até 2012 nos Karajá encontram relação próxima com os suicídios ocorridos nos Javaé em 2013 e que encontram como principal evento o feitiço como fator que interliga os dois episódios.

Nesse íterim, o relato da Nota Técnica publicada pela SESAI (BRASIL, 2013a, p. 12) aponta que “tem sido constatada a estreita relação de parentesco entre as pessoas que vieram a óbito ou tentaram suicídio tanto entre os Javaé quanto nos Karajá”. Essa afirmação é corroborada pelo comentário a seguir:

Assim, retomando seu comentário sobre o álcool, penso que seria possível dizer que, na maioria dos casos recentes, a ideação suicida é resultado de feitiço, mas que os problemas relativos ao parentesco colocam as pessoas em uma situação de grande vulnerabilidade, fazendo com que muitas delas não estejam “fortes para se segurar”. Sempre é possível, é claro, que, em algum caso específico, o feitiço não esteja envolvido. A ideia do suicídio por enforcamento se espalhou em Santa Isabel e em outras aldeias (40), e me parece plausível que, em um momento de instabilidade, de “fraqueza” – em um momento, em suma, em que o processo do parentesco “falha” –, alguém pense no suicídio como uma forma de resolver seus problemas (NUNES, 2013, p. 83).

Pelo material analisado não se pode falar que há consenso sobre as causas dos suicídios, mas é notório que o “feitiço” aparece com grande frequência como indicado pelos indígenas, como um motivo das mortes, e mesmo um dos profissionais que acompanharam a ação, o antropólogo Eduardo Nunes, manifesta em um de seus escritos que, mesmo havendo outros fatores que tornam os indígenas vulneráveis, a ideação suicida na maioria dos casos é resultado de feitiço (NUNES, 2013).

Tanto Javaé como Karajá explicam os suicídios em uma perspectiva de suas cosmologias; fazem colocações que podem fugir à compreensão dos não indígenas. Nesse contexto, é importante trabalhar como o etnólogo na visão de Da Mata (1998), ou seja, se esforçando no sentido de buscar os enigmas sociais que se posicionam nos peculiares universos de significação que não são bem compreendidos nos meios sociais vigentes, ao passo que se deve procurar no sujeito da “sociedade de origem” elementos comuns dos sujeitos de “sociedade de destino”, de modo a diminuir distâncias sociais no contato com o dito exótico.

Assim sendo, são importantes os relatos que corroboram, por parte dos profissionais, as explicações indígenas. Trechos retirados dos documentos pesquisados podem inferir que este cuidado foi algo presente nos trabalhos entre os *Iny*.

Paralelamente, a partir da solicitação de apoio por parte de alguns grupos das comunidades, o DSEI Araguaia viabilizou o deslocamento de pajés Kamayurá às aldeias Karajá para que pudessem reverter a situação de suicídio considerada como ação de feitiço entre a população. Os pajés realizaram atividades com o objetivo de desfazer a ação maléfica dos feitiços junto a algumas famílias (BRASIL, 2013a, p. 8).

No contexto deste estudo, o feitiço é desvelado como assunto nevrálgico. É a partir dele que se identificou a necessidade de estudar dois povos que, apesar de origem comum, são diferentes. É no que os indígenas identificam como feitiço que se encontra o ponto de intercessão entre as mortes entre os Karajá e os Javaé.

Quando estive lá [em Buridina] em setembro de 2012, um homem javaé da aldeia Canoanã estava passando uma curta temporada lá, visitando sua sobrinha, e esse

homem de meia idade também tinha reputação de feiticeiro – há relatos de que ele fazia feitiço principalmente para atrair mulheres casadas. Pouco tempo depois ocorreram três suicídios por enforcamento nas aldeias Canoanã e São João, que ficam próximas uma da outra. Quando voltei a Buridina em dezembro de 2012, os *Iny* de lá me disseram que esses suicídios do lado javaé são uma continuidade do problema do lado karajá: disseram que o homem de Canoanã que estava de passagem em Buridina aprendeu o feitiço do enforcamento com o rapaz de Santa Isabel ali refugiado, e levou para sua aldeia de origem (NUNES, 2013, p. 30).

O feitiço é algo temeroso entre os *Iny*, pois ele permeia o mundo das “almas” (*kuni*) e das outras coisas invisíveis do “outro mundo”. Isso fica claro também entre os Karajá *xamã* por meio do feitiço que manipula capacidades transformacionais, viaja pelo cosmo e é capaz de causar mudança de comportamento nas pessoas, bem como ampará-las ou causar-lhes danos (TORAL apud LOURENÇO, 2009).

Essencialmente falando, o feitiço ocupa lugar central na discussão sobre os suicídios entre os Javaé e os Karajá e, mesmo com limitações no entendimento dessa questão tão peculiar aos *Iny*, o profissional que atua com essas populações deve considerar essa nuance ao planejar e executar atividades com esses povos.

Por fim, vale ressaltar que não é objetivo traçar todas as dimensões relativas aos suicídios entre os *Iny*, mas levantar as principais citadas como motivadoras.

4 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO

O trabalho com as comunidades *Iny* da Ilha do Bananal, em decorrência da situação delineada, permitiu a pessoas e instituições conhecer as aldeias e os povos abrangidos pela Ilha do Bananal Sudoeste do Estado do Tocantins e regiões circunvizinhas, como o extremo Leste do Estado do Mato Grosso.

Como já dito, os trabalhos desenvolvidos muito geralmente permitiam, no âmbito do Poder Público, a produção de relatórios institucionais, e é a partir das considerações sobre as ações realizadas que será desenvolvido um outro importante objetivo deste trabalho, qual seja apontar experiências das práticas, acontecimentos ou mesmo situações relatados que podem ser referenciais tanto para serem realizados em outros momentos quanto para que sua realização seja evitada.

Como não se pretende que os resultados apresentados possam ser entendidos como procedimentos a serem adotados ou não, preferiu-se usar para eventos favoráveis na amenização do problema o termo aspectos positivos e, para as práticas que podem ter sido entendidas como prejudiciais ou desfavoráveis, o termo aspectos negativos.

4.1 Aspectos negativos

Observadas as ponderações de indígenas e de não indígenas, as principais queixas e dificuldades encontradas no enfrentamento pelo Poder Público ao problema do comportamento suicida entre os *Iny* dizem respeito aos repetidos diagnósticos comunitários, às restrições no trabalho

de alguns profissionais, às limitações logísticas nos acessos ao território, à contenção no financiamento público das ações e à interrupção de estratégias de pós-venção ao suicídio.

Especialmente entre os Karajá, houve relatos queixosos sobre as idas de profissionais em áreas para fazer diferentes e demorados “diagnósticos comunitários” realizados em área sem ações posteriores. O Documento-Síntese, parte do ICP pesquisado, faz esse registro, “Considerando a manifestação dos próprios Karajá que já estão saturados de diagnósticos que não resultam em ações efetivas relacionadas à melhoria das condições de vida das comunidades [...]” (BRASIL, 2011, p. 217).

Os diagnósticos realizados em área serviriam para os posteriores planejamento e execução de ações com vistas a atenuar o problema. No entanto, essas ações eram demoradas e, na maioria das vezes, não eram o que as comunidades e suas lideranças reivindicavam.

A execução dos diagnósticos comunitários causava expectativas nos indígenas e muitas vezes as mortes por tentativas de suicídio ocorriam antes dessas ações chegarem, o que deixava os indígenas menos esperançosos em relação aos dias que viriam.

[...] indígenas residentes na região fizeram relatos sobre a situação que vivenciam cotidianamente, expressando suas dificuldades e manifestando-se pela necessidade de políticas públicas mais constantes e efetivas.

[...]

Tal proposta vai ao encontro daquilo que foi manifestado pelas lideranças indígenas, que reafirmam a saturação, em sua perspectiva, dos diagnósticos e a necessidade de implementação das intervenções sugeridas por eles (BRASIL, 2011, p. 148-1/2).

Como já dito, a complexidade do problema apontado demanda a ação conjunta de vários atores sociais e organismos públicos. Nesse ínterim, os trabalhos realizados foram em rede, uma positividade que será melhor tratada adiante, mas que encontrou dificuldade na disponibilização de profissionais de unidades de serviço das políticas de assistência e saúde do território.

O território, no entendimento mais imediato, no âmbito da execução das políticas públicas, pode ser concebido como a circunscrição de uma dada população que se articula em torno dos dispositivos de suporte social já existentes,

configurando redes flexíveis de cuidados, que possam responder por um determinado, e que se remodelam de forma dinâmica, mediante a necessidade de inclusão/exclusão de novos serviços e formas de cuidado, de forma pareada pela demanda assistencial (BRASIL, 2003, p. 44).

No entanto, além disso, compreende-se o território na concepção de cartografia social, empreendida por Raquel Rolnik, ou seja, o território existencial. “O território existencial é um referencial que forma sentidos e identidades para o sujeito; e este é singularidades que operam no mundo da vida em geral” (ROLNIK, 2006 apud FRANCO; MERHY, [online], p. 14).

O território existencial, “o lugar”, onde se tramam relacionamentos que podem ser cartografados e donde o cartógrafo é aquele que lida, encontrando canais de efetuação. Este ator social trabalha com a ética do desejo e os seus pressupostos são extramoriais, tendo a dilatação da vida como sua referência (ROLNIK, 2006).

Na ida à área Javaé, por exemplo, uma psicóloga do CAPS de Formoso do Araguaia e uma terapeuta ocupacional do Hospital Regional Público de Gurupi encontraram grandes entraves mesmo após a formalização necessária, sendo que em alguns momentos não foram possíveis suas idas por falta de liberação.

O convite a outros profissionais do serviço público, em especial da área de saúde mental, se fez necessário em virtude de a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) se queixar que não sabia fazer a devida escuta aos familiares e lidar com demandas relacionadas às mortes por suicídio. Como no DSEI havia apenas um psicólogo e não havia terapeutas ocupacionais, psiquiatras ou outros profissionais com aptidão para o trabalho na saúde mental, foi necessária a solicitação para o trabalho tanto com as comunidades quanto com os profissionais. À época, inclusive, foi solicitada a contratação de um profissional com aptidão para o trabalho com demandas relacionadas à saúde mental para que integrasse as EMSIs do Polo Base Indígena (PBI) de Formoso do Araguaia, mas a contratação não foi possível.

Desfavoreceram o potencial do trabalho desenvolvido as limitações logísticas e financeiras. O acesso às comunidades é difícil e muitas vezes faltavam veículos para a condução de profissionais aos portos onde se pegavam as “voadeiras”⁴ para ir às aldeias. Por muitas vezes, os profissionais utilizavam veículos próprios e custeavam insumos e alimentação. Não se pode dizer que era má vontade ou mesmo má gestão. Acontece que essas situações necessitam de ações emergenciais para as quais os organismos públicos na maioria das vezes não estão preparados, e se junta a isso o fato de que a gestão pública ainda padece de mecanismos céleres na aquisição de produtos e contratação de materiais.

Neste contexto, tem-se que todo o processo de compras é realizado por meio de licitação, conforme cada modalidade e necessidade dos serviços específicos. No entanto, este processo em diversas situações acaba por se tornar moroso e demanda um grande tempo de espera pelo serviço ou produto (BARBOZA, 2014, p. 30).

Além disso,

A lentidão presenciada nos processos administrativos do setor público é visualizada como um problema crônico, pois gera excessiva formalidade de comunicação, burocracia em demasia e não apresentam serviços que atendam e satisfaçam os clientes. (GARCIA, 2012, p. 343).

Entre os pontos negativos das ações desenvolvidas há um paradoxal, a saber, a falta de continuidade das ações desenvolvidas. Paradoxal porque se os índios sentem a falta da continuidade, isso quer dizer que de alguma forma os trabalhos desenvolvidos tiveram efeitos positivos, mas, por outro lado, não conseguiram continuar.

Um dos motivos dessa não continuidade é o fato de as ações não promoverem a autonomia dos atores envolvidos e dependerem, em dado grau, de recursos não disponíveis nos territórios, conforme registra trecho de uma reunião para abordar a problemática: “Houve ponderação dos presentes de que, embora existam projetos e diagnósticos, faltam recursos financeiros disponibilizados para a execução dos mesmos” (BRASIL, 2011, p. 148 -2/2). Ademais, tem-se que, como já dito, a gestão pública encontra limite na oferta de produtos e serviços que possam atender de forma continuada a projetos na área. Por fim, a falta de uma coordenação ou mesmo de uma liderança com os agentes envolvidos entrava a continuidade das ações, tanto pela ausência do trabalho quanto pela dissintonia das organizações presentes em área.

Com todas as dificuldades encontradas para o trabalho com esses povos, foram realizados em ambos os contextos ações concretas na atenuação das mortes.

4 Termo utilizado pelos moradores da região para se referir a embarcações de pequeno porte movidas a motor.

4.2 Aspectos positivos

Ao final das ações do recorte deste trabalho, é importante notar que os atores envolvidos reconhecem ações e aspectos de suas atuações que foram contributivas para amenizar os problemas relativos ao cenário ora apresentado.

O primeiro, e quiçá mais importante, deles foi considerar sempre o ponto de vista dos indígenas. Isso não apenas do ponto de uma escuta sem ressoar, mas justamente pelo fato de procurarem implementar ações indicadas pelos indígenas a partir de suas interpretações sobre o que estava ocorrendo. São exemplos disso o custeio e operacionalização da ida, nas aldeias Karajá, de uma pajé xingwana e, em aldeias Javaé, de uma missionária e visionária cristã pentecostal.

O plano do feitiço, apontado frequentemente como causa das mortes, comumente não é acessível aos profissionais das instituições atuantes no contexto indígena. Assim, solicitaram a vinda de pessoas externas que pudessem trabalhar na dimensão espiritual, pois a atuação de um pajé local poderia piorar o contexto, haja vista que entre os pajés locais poderiam estar o feiticeiro. Entre os Javaé a escolha dessas pessoas ocorreu a partir de reunião entre os pajés e anciãos na casa de Aruanã.

É importante notar que há, entre os *Iny*, uma crença em um plano espiritual amplo, que pode ser acessado por diversas de diferente profissão de fé ou do entendimento sobre o divino, ou seja, o contato espiritual não se dá apenas entre os seus membros, pois pessoas de diversos credos, com dada acuidade espiritual podem acessá-lo.

Esse aspecto da atuação do poder público nesse contexto é plausível à medida que, apesar de ser complexo e não ser uma demanda da qual a concretude pudesse ser mensurada e tão pouco pudesse ser prevista a eficiência ou eficácia do gasto, o agente público viabilizou o caminho para o custeio da ida à área dessas pessoas.

O trabalho desenvolvido, conforme colocado, foi realizado por diversas instituições e este trabalho em rede é outro aspecto que se salienta na análise daquele contexto. A articulação de diversas instituições dentro da área foi realizada por diversos órgãos, dos quais vale destacar o protagonismo da PR-TO, da SESAI, do DSEI-TO e da FUNAI (especialmente a partir do GT Interministerial para tratar do problema do alcoolismo entre os Karajá).

Para elucidar as características do trabalho desenvolvido, cita-se que, no caso dos Javaé,

Essas ações intersetoriais foram desenvolvidas por aproximadamente um mês e envolveram profissionais de saúde (das três esferas de governo), da SESAI, da educação e da FUNAI, bem como indígenas e não-indígenas empenhados na realização das atividades propostas.

Revezando-se na formação da equipe, os grupos estiveram em dez aldeias no período de trabalho realizando junto aos usuários da saúde indígena, atividades terapêuticas, clínicas, lúdicas, esportivas e educativas. Foram realizadas também capacitações para os profissionais da rede, oficinas sobre violências e formação de redes de cuidado em saúde mental. Enfim, abriu-se o leque das atividades ofertadas na atenção primária, agregando qualidade na promoção de saúde, removendo o foco da doença (SOARES, 2013, p. 1).

Vale lembrar que apesar de configurarmos a demanda como um problema de saúde pública, os motivadores e soluções são intersetoriais e transcendem essa área. Todavia recorre-se ao trabalho de Mendes (2011), que discute sobre as Redes de Atenção em Saúde (RAS) para ressaltar as positivities do trabalho em Rede. Usando como referencial esse autor, Soares (2013) diz que

As atividades realizadas tiveram baixo custo econômico e utilizaram tecnologia leve, propiciando acessibilidade ao serviço em uma abrangência significativa e não concentrada. O acesso à atenção básica otimizou o fluxo para os serviços de custo mais elevado, de atenção secundária. Proporcionou-se o adensamento e agregou-se valor às ações desenvolvidas no território pela EMSI.

Outro fator importante é que estes avanços foram conseguidos apenas com a reorganização dos recursos disponíveis no território, que foram utilizados de forma integrada para o funcionamento em rede, observando as políticas de saúde vigentes, os níveis de atenção, as especificidades do contexto indígena e fomentando a continuidade do funcionamento em rede após o período da ação (SOARES, 2013, p. 1).

A oferta de atividade lúdica nas aldeias mostrou-se capaz de “quebrar o luto” e fortalecer a identidade dos povos. Isso se constitui importante em longo prazo e indispensável no momento mais imediato após a ocorrência de um suicídio.

A “Ação Karajá”⁵ articulou os jogos Karajá que, conforme aponta relatório da FUNAI (BRASIL, 2013d), os indígenas relataram que receberam as outras comunidades com muita alegria e interação nos rituais *Iny*, oficinas e nos jogos. Já entre os Javaé foram ofertadas diversas oficinas de artesanato, exibição de filmes ao ar livre, jogos e danças *Iny*. O desenvolvimento das atividades quebra o clima de tristeza que favorece a contaminação psicológica. Mas é importante notar que tudo deve ocorrer de forma a respeitar as regras do luto existentes nessas comunidades.

Essas atividades podem ser entendidas no que alguns estudiosos da área de saúde denominam pósvenção. São também importantes estratégias de pósvenção o monitoramento dos familiares de vítima de suicídio, bem como, na medida do possível, tirar a pauta de conversas diárias, o suicídio.

As ações derivadas da atenção às explicações e indicações dos indígenas, as implementações de demais ações lúdicas, esportivas, educativas e de saúde, as capacitações de profissionais sobre violência e demais ações ocorridas entre os *Iny* tiveram um componente indispensável que foi o protagonismo de atores sociais, de instituições e indígenas. Isso importa dizer, pois as ações e serviços empreendidos em área não teriam alto custo, especialmente se considerada a complexidade e gravidade do problema, se o Poder Público custeasse todos os eventos ocorridos. Mas estes se deram especialmente por conta da articulação interinstitucional e intersetorial que outrora aconteceram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento projetado para este estudo obteve êxito, haja vista que foram encontrados suficientes relatórios e registros de experiências para proceder à identificação e análise das causas do comportamento suicida entre os *Iny*, bem como os aspectos positivos e os aspectos negativos das ações realizadas pelo Poder Público, ainda que tenha havido óbice para a disponibilização e rastreamento de arquivos necessários por parte de algumas instituições públicas, cuja solicitação foi realizada.

Dificuldades à parte, interessante notar que, neste percurso da análise, os relatos contidos nos documentos em várias situações eram semelhantes mesmo sendo de diferentes setores

5 Como ficou conhecido o Grupo de Trabalho Interinstitucional que atuou junto àquele povo, sobretudo no ano de 2013.

das políticas públicas, corroborando alguns aspectos e interpretações que foram citados neste trabalho.

Ao finalizar a análise dos documentos, percebe-se que, no âmbito da atuação do Poder Público, mediante as ações realizadas, há dois aspectos que se revelam dignos de análise, a saber, a articulação institucional e o custeio das ações e serviços.

O primeiro aspecto, é mister dizer, foi essencial e não envolveu custos diretos; se deu especialmente pelo interesse dos atores envolvidos. Percebe-se que geralmente o Poder Público prescinde dessa capacidade ao implementar ações e serviços, mesmo que comumente preveja e admita essa importância na edição de políticas públicas. No caso dos *Iny*, essa articulação foi possível porque, de um lado, os indígenas cobraram as ações desses diversos órgãos e, por outro, a gravidade da situação mobilizou agentes das organizações no intuito de colaborar na resolução do problema. Essa mobilização dos agentes, que acabou por gerar uma articulação das ações e serviços ofertados, se deu mais pelo contato das pessoas envolvidas do que pela comunicação institucional, ou melhor dizendo, a comunicação institucional se estabeleceu melhor pela via dos agentes.

No tocante a esse ponto, pelo estudo procedido no ICP mencionado neste trabalho, foi possível identificar que, além das demandas dos indígenas, a resposta e monitoramento constante do MPF diante da situação teve um papel importante e muitas vezes decisivo para a realização das atividades executadas.

O outro aspecto da atuação do poder público está relacionado com o custeio das ações realizadas. É fatídico que nem todo o custeio do suporte para a realização de ações ocorreu pelos órgãos públicos competentes, mesmo que parte das atividades o demandassem. Nesse âmbito não foi possível a realização integral do custeio de despesas como as relacionadas a pessoas, a serviços e aos insumos necessários para a realização das atividades. Isso se deu em parte pela emergência de como tudo ocorreu, em parte pelo despreparo do poder público naquele contexto e em parte porque o rito de contratação na administração pública quase sempre é pouco célere e os gastos para situações como aquela encontram muitas limitações legais para serem realizadas.

Sabe-se que este trabalho não suporta todos os aspectos que podem ser trabalhados no âmbito do comportamento suicida entre os *Iny*. Mesmo trabalhando com um recorte da situação, pôde-se identificar que os indígenas apontam outros aspectos que poderiam ser alvo de novos estudos, como a geração de trabalho dentro da terra indígena, a expectativa de vida dos jovens *Iny* dentro de sua área, as questões de segurança comunitária, a importância da educação indígena nesse contexto, o saber tradicional como fortalecedor da organização social e promotor de resiliência comunitária e as economias alternativas como forma de atuação frente ao cenário de intensa transformação cultural.

Além disso, a partir das considerações acadêmicas aqui realizadas, este tema se mostra um campo fértil para novos estudos. A análise da caracterização epidemiológica ora apresentada carece de aprofundamento que poderia ser apresentada em um trabalho a ela dedicada. O gênero em face do suicídio é um estudo que poderá ter muito a dizer, haja vista que esse é um aspecto importante da cultura *Iny*. Indicam-se ainda como temas a serem explorados, os aspectos psicológicos do comportamento suicida *Iny* e as relações de consumo e suas influências com esse comportamento. Enfim, este é um tema que pode ser amplamente tratado para além do que se propôs este estudo.

Por fim, observa-se que foi possível alcançar os objetivos à medida que pôde-se explorar aspectos apontados como motivadores do comportamento suicida na perspectiva das instituições que participaram daquele cenário e fazendo diálogos com autores que tratam de tais aspectos. Foi possível também apontar ações e aspectos favoráveis e desfavoráveis na imple-

mentação de atividades dessas instituições, percebendo-os como atores do poder público e fazendo relação com gestão pública e a sociedade.

Dessa forma espera-se que o presente trabalho seja um instrumento para reflexão da gestão pública sobre as ações e serviços executados, bem como seja um aliado para a elaboração de projetos, programas e políticas públicas voltadas para os Karajá e Javaé, além de indicar novos estudos a serem realizados com os povos *Iny* da Ilha do Bananal.

PERFORMANCE OF THE PUBLIC POWER FACING SUICIDAL BEHAVIOR AMONG THE INDIGENOUS PEOPLE OF BANANA ISLAND

RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS JUNIOR

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES

ABSTRACT

Suicidal behavior has been a problem among some indigenous populations in Brazil and this has drawn the attention of public organizations and organized civil society linked to the indigenous people's cause. This is the case of the *Iny* People (Karajá and Javaé) of Bananal Island and surrounding regions in the states of Tocantins and Mato Grosso. The research that enabled this work comes from a documentary research with organizations of public authorities, which acted in this context and the analysis was developed from indigenous and non-indigenous considerations contained in the archives, as well as correlate bibliography. Therefore, it was possible to list and discuss the causes of suicidal behavior between the *Iny* people, in addition to the positive and the negative aspects of actions taken by the Public Power. This article shows results that help the public manager reflect on the actions and services performed with the societies mentioned, e.g. the development of projects, programs and public policies for the Karajá and Javaé people, besides indicating new studies to be performed together with the *Iny* people of Bananal Island.

Keywords: Suicidal behavior, indigenous people, Karajá, Javaé and Public Power.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Nota sobre morte de jovens Karajá. Brasília: ABA, 2012. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público nº 1.36.000.000667/2007-89*. Busca soluções para o problema do alcoolismo entre as comunidades indígenas do Tocantins. Procuradoria da República no Estado do Tocantins. Ofício de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Minorias. Instaurado por Procurador Álvaro Lotufo Manzano. Palmas, TO, 09 de fevereiro de 2011.

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Ed. Artmed: Porto Alegre, 1981.

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. *Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas*. 2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. *Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editores, 2008.

BARBOZA, Maxwell Augusto Meireles. *Análise da Terceirização e do Processo de Compras no Setor Público*. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-Graduação em Gestão Pública. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, MG, 2014.

BRASIL. *Decreto no 47.570*, de 31 de dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional de Araguaia, integrante da Seção de Parques e Florestas Nacionais de Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaia.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. *Decreto*, de 14 de abril de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Parque do Araguaia, localizada nos Municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedente%20a%202000/1998/dnn6676.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2015.

_____. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público nº 1.36.000.000667/2007-89*. Busca soluções para o problema do alcoolismo entre as comunidades indígenas do Tocantins. Procuradoria da República no Estado do Tocantins. Ofício de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Minorias. Instaurado por Procurador Álvaro Lotufo Manzano. Palmas, TO, 09 de fevereiro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Relatório Técnico referente às ações de saúde nas aldeias de etnia Karajá (DSEI Araguaia) em decorrência das altas taxas de suicídio e elaboração de propostas para plano estruturante. 2012a, 15 p. Elaborada por: Lucas da Silva Nóbrega e Roberta Aguiar Cerri Reis. Brasília, DF: 2012. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público nº 1.36.000.000667/2007-89*. Busca soluções para o problema do alcoolismo entre as comunidades indígenas do Tocantins.

Procuradoria da República no Estado do Tocantins. Ofício de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Minorias. Instaurado por Procurador Álvaro Lotufo Manzano. Palmas, TO, 09 de fevereiro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Distrito Sanitário Especial Indígena Tocantins (DSEI-TO). *Relatório Técnico em Saúde Mental 2012b*, 2 f. Elaborado por Tássio de Oliveira Soares. Palmas, TO, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). *Nota Técnica nº 14/CGAPSI/DASI/SESAI: Casos de suicídio na Ilha do Bananal*. 2013a, 15 f. Elaborada por: Fernando Pessoa de Albuquerque, Lucas da Silva Nóbrega, Roberta Aguiar Cerri Reis. Brasília, DF: 2013a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Distrito Sanitário Especial Indígena Tocantins (DSEI-TO). *Relatório de ações junto ao povo jawaé da Ilha do Bananal - junho de 2013*. 2013b, 5 f. Elaborado por: Tássio de Oliveira Soares. Palmas, TO: 2013b.

_____. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Coordenação Regional Araguaia Tocantins. *Relatório de Atividades Programa Karajá 2013 Aldeia Macaúba*. 2013c, Elaborado por: Maria das Graças Medici da Costa. Palmas, TO: 2013c.

_____. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Coordenação Regional Araguaia Tocantins. *Relatório- Festa Iny- Rituais Tradicionais e Jogos (Aldeia Itxalá)*. 2013d, 36f. Palmas, TO: 2013d.

_____. *Conheça a secretaria-SESAI*. Portal da Saúde – Ministério da Saúde. 2015. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/conheca-a-secretaria-sesai>>. Acesso em: 12 jun de 2015.

_____. *Parna do Araguaia*. Ministério do Meio Ambiente. Portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. [online]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2096-parna-do-araguaia>>. Acesso em: 14 jun de 2015.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. *Boletim do Museu Nacional*. Nova Série. Antropologia. Rio de Janeiro, no 27, maio, 1978.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio, estudo sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar. 1982.

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. *O suicídio Ticuna na Região do Alto Solimões – AM*. 1998. 303 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ/MS. Rio de Janeiro, 1998.

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. *O suicídio ticuna na região do Alto Solimões – AM*. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ/MS, Rio de Janeiro, 1998.

FRANCO, Tulio Batista; MERHY, Emerson Elias. *O Reconhecimento de uma produção subjetiva do cuidado*. [online]. Disponível em: <<http://www.professores.uff.br/tuliofranco/textos/reconhecimento-producaosubjetivacidade.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GARCIA, Simone Domingues et al. Gestão de material médico-hospitalar e o processo de trabalho em um hospital público. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 65, n. 2, p. 339-346, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&Pid=S0034-71672012000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2015.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa 1.0*. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. CD-ROM.
- KNOBEL, M. Normalidade, Responsabilidade e Psicopatologia da Violência na Adolescência. In: LEVISKY, D. (Org.). *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LOURENÇO, Sonia Regina. *Brincadeiras de Aruanã: performances, mito, música e dança entre os javaé da Ilha do Bananal (TO)*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, M. E. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MELLO, Flávia Cristina de. *Entre deuses e animais: xamanismo, parentesco e transformação entre os chiripá e mbyá guarani*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- MENDES, Eugênio Vilaça. *As redes de atenção à saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.
- MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.
- NUNES, Eduardo Soares. *Relatório antropológico preliminar sobre os casos de tentativa e óbito por suicídio entre os Karajá do Médio Araguaia (MT/TO)*. Brasília, 2013. 92 p.
- PATURY, Magna Soraia da Silva; CÓTICA, Carolina Santin (Orientadora). *Morte e o Luto no Desenvolvimento Histórico-Social*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo (Graduação em Psicologia). Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, 2010.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SIASI. *Dados populacionais de 2013 dos indígenas cadastrados no SIASI: Sistema de Informação de Atenção à saúde indígena*. Ministério da Saúde - MS. Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. Departamento de Gestão da Saúde Indígena. 2013. Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrwebjsessionId=42B727F23B2574D470D7D81E4F6911fB?evt=2048001&src=mstrWeb.2048001&visMode=0&cuRrenTviewMedia=2&docUMentID=9655D54A11E35375B9F80080EF857719&seRVER=SRVBIPDf03&proJECT=DMSIASi_4&port=0&share=1&hiddensections=header,path,dockleft,footer&uid=convidado.siasi&pwd=siasi2013>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- SILVA, Reijane Pinheiro da. O índio negado e o índio desejado: a “pacificação” dos indígenas na construção da identidade do Tocantins. *Tellus*. Campo Grande-MS, ano 10, n. 19, p. 145-162, jul./dez. 2010.
- SILVA, Luciana Leite da. *Noções de passado, presente e futuro entre crianças indígenas (Javaé) e crianças não indígenas (Colégio Claretiano Coração de Maria)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SOARES, Tássio de Oliveira. Formação de Rede de Atenção à Saúde: a análise de uma experiência no contexto indígena. In: *I Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direito Humanos*. Conselho Federal de Psicologia. Conselho Regional de Psicologia 14^a Região (MS). Dourados, MS. Agosto de 2013.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de (Org.). *Processos de alcoolização indígena no Brasil: perspectivas plurais*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2013.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – SEPLAN, Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico, Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. *Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial*. Organ. e atual. por Paulo Augusto Barros de Sousa, Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Ricardo Ribeiro Dias. 6. ed. rev. atual. Palmas: SEPLAN – TO, 2012a.

_____. Superintendência de Ações sobre Drogas. Relatório de Ações do GT Interinstitucional – Povo Karajá. 2012b. Elaborado por: Leonídia Batista Coelho. Palmas, TO: 2012. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público nº 1.36.000.000667/2007-89*. Busca soluções para o problema do alcoolismo entre as comunidades indígenas do Tocantins. Procuradoria da República no Estado do Tocantins. Palmas, TO, 9 fev. 2011.

VICK, Fabiane de Oliveira. *Estudo de caso de uma família indígena Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul com alta prevalência de suicídio*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2011.